

CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS

Termo de Referência 43/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
43/2026	170607-CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS	GILVAN SACERDOTE NETO	22/04/2026 13:26 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		12600.003456/2025-16

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 12600.003456/2025-16)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de empresa especializada na prestação de serviços contínuos, sob demanda, de acesso à TV por assinatura com a instalação, assistência técnica e fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos necessários com transmissão de TV, com tecnologia HD, Full HD e 4K, visando atender as necessidades do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e demais Órgãos que integram o ColaboraGov, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA (36 meses)	VALOR UNITÁRIO Estimado (mensal)	VALOR TOTAL (36 meses)
1	Serviços de acesso a TV por assinatura digital com instalação, assistência técnica e fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos necessários com pontos de transmissão de TV, com tecnologia HD, Full HD e 4K, contemplando, no mínimo, os seguintes canais:  <b>Canais abertos:</b> TV Globo, SBT, Rede Record, Rede TV!, TV Cultura e TV Bandeirantes;  <b>Canais obrigatórios:</b> TV Câmara, TV Brasil, TV Senado, TV Justiça, TV Escola, TV NBR e Canal Futura;  <b>Canais de notícias nacionais:</b> Globonews, Bandnews, Recordnews e CNN Brasil; e	16209	Ponto/Mês	6012	R\$ 113,20	R\$ 680.558,40

	Canais de notícias internacionais: CNN Internacional, Bloomberg Television ou BBC World News.					
2	<b>Assistência Técnica</b> , visando a alteração de local de instalação.	16209	Unidade	180	R\$ 62,50	R\$ 11.250,00
<b>VALOR GLOBAL ESTIMADO (36 meses)</b>					<b>R\$ 691.808,40</b>	

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O (s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua necessidade é permanente e contínua sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

**Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **36** (trinta e seis) **meses** contados da assinatura do termo de contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A **Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.**

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00489828000155-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 26/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 15;
- IV) Classe/Grupo: 844 - SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 170607-152/2026;

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade**

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.2. Esta contratação observará todas as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental;

4.3. A prestação do serviço deverá respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando tecnologias e materiais ecologicamente corretos, atendendo aos critérios de sustentabilidade; e

4.4. A Contratada deverá seguir as recomendações ambientais no que tange ao descarte dos resíduos sólidos resultantes da execução dos serviços, promovendo o descarte adequado, respeitável e consciente (Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS).

4.4.1. A Contratada deverá pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante.

#### **Subcontratação**

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, apenas para os serviços de instalação de equipamentos e da infraestrutura associada, manutenção preventiva e corretiva e suporte técnico operacional em campo.

4.5.1. É vedada a subcontratação integral do objeto, bem como da parcela principal da obrigação, especialmente da atividade-fim regulada do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), conforme discriminado a seguir:

4.5.1.1. A empresa detentora de outorga, autorização ou concessão expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) permanecerá integralmente responsável, perante a Administração Pública e o órgão regulador, pela qualidade, continuidade, regularidade e conformidade da prestação do serviço de TV por assinatura, ainda que opte por subcontratar terceiros para a execução de atividades acessórias;

4.5.1.2. A subcontratação não afasta, em nenhuma hipótese, a responsabilidade direta da prestadora outorgada pelo cumprimento das obrigações contratuais, legais e regulatórias assumidas;

4.5.1.3. É expressamente vedada a subcontratação da atividade-fim regulada, consistente na oferta, operação e exploração do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), a qual deverá ser realizada diretamente pela empresa autorizada pela ANATEL;

4.5.1.4. As empresas subcontratadas deverão possuir capacitação técnica compatível com os serviços a serem executados e, quando aplicável, estar devidamente credenciadas, homologadas ou supervisionadas pela prestadora principal, de modo a assegurar a observância dos padrões técnicos, operacionais e regulatórios exigidos pela ANATEL e pelo contrato administrativo.

4.5.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5.4. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Vistoria**

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **9:00 horas às 17:00 horas**.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8.1. As vistorias deverão ser previamente agendadas por meio do e-mail: **diadm.dal@gestao.gov.br**.

4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: **após a assinatura do contrato;**

5.1.1.1. Após a assinatura do contrato, será emitida Ordem de Serviço (OS) para a elaboração de cronograma de instalação dos pontos já instalados no contrato anterior.

5.1.1.2. A Contratada deverá apresentar cronograma de execução dos serviços, observando os seguintes prazos:

a) prazo para apresentação do cronograma: até 5 (cinco) dias contados a partir da emissão da Ordem de Serviço (OS);

b) prazo para execução do cronograma inicial: até 30 (trinta) dias para a instalação de todos os pontos de TV inicialmente previstos, contados da aprovação do cronograma pela Administração.

5.1.1.3. Os prazos estabelecidos poderão ser prorrogados, de forma excepcional, mediante solicitação formal da Contratada, devidamente justificada e comprovada, a critério da Administração, nos termos da legislação vigente.

5.1.2. Os serviços serão executados sob demanda, sendo considerados executados somente os pontos instalados e com sinal disponível.

5.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

### Comodato

5.2. Os Equipamentos de propriedade da Contratada, necessários à recepção dos sinais, deverão ser cedidos em regime de comodato.

5.3. Todos os equipamentos utilizados devem possuir certificação e homologação emitida pela ANATEL.

5.4. Os Equipamentos deverão permanecer no local de instalação, assumindo o Contratante inteira responsabilidade pela guarda e conservação dos Equipamentos cedidos, não podendo utilizá-los para fim diverso do contratado.

5.5. Os Equipamentos cedidos em comodato observarão os Planos de Serviço ou Combos contratados, podendo haver substituição em caso de alteração de tais Combos ou Planos de Serviço.

5.6. Ocorrendo a rescisão ou término do Contrato, por qualquer motivo, o Contratante disponibilizará para retirada os Equipamentos cedidos pela Contratada a título de comodato ou locação, devendo agendar a devolução.

5.7. A Contratada deve providenciar a retirada dos equipamentos de sua propriedade, no (s) endereço (s) do Contratante, em prazo com ele acordado, não podendo excedê-lo em mais de 30 (trinta) dias contados da solicitação de desativação do serviço ou de término do contrato.

5.7.1. Excedido o prazo de 30 (trinta) dias, cessa a responsabilidade do Contratante sobre a guarda e integridade dos equipamentos;

5.7.2. A retirada dos equipamentos deve ser realizada pela Contratada ou terceiro por ela autorizado, sem ônus para o Contratante, podendo este optar por providenciar a entrega dos equipamentos em local indicado pela Contratada;

5.7.3. Em qualquer hipótese, deve ser dado recibo pela Contratada ao Contratante declarando o estado em que se encontra o equipamento.

### Programação

5.8. Transmissão de toda programação das redes de TV aberta nacional incluindo, no mínimo, os seguintes canais:

a) canais abertos: TV Globo, SBT, Rede Record, Rede TV!, TV Cultura e TV Bandeirantes;

b) canais obrigatórios: TV Câmara, TV Brasil, TV Senado, TV Justiça, TV Escola, TV NBR e Canal Futura;

c) canais de notícias nacionais: GloboNews, BandNews, Record News e CNN Brasil; e

d) canais de notícias internacionais: CNN International, Bloomberg Television ou BBC World News.

5.9. Qualquer alteração no Plano de Serviço deve ser informada ao Contratante no mínimo 30 (trinta) dias antes de sua implementação.

5.10. Os equipamentos e pontos de acesso deverão ser entregues e instalados com bloqueio ativo por padrão (default) para quaisquer contratações de conteúdos adicionais onerosos, tais como canais à la carte, *Pay-Per-View*, locação de filmes ou serviços *on demand*. A funcionalidade de compra deve estar desabilitada ou protegida por senha de segurança desde o momento da instalação, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada arcar com quaisquer custos gerados indevidamente em decorrência da falha ou ausência desse bloqueio prévio.

**Suporte Técnico**

5.11. O suporte técnico deverá ser prestado, às expensas da Contratada, por profissional tecnicamente capacitado, por ela designado, com o objetivo de solucionar os problemas técnicos identificados e restabelecer a plena execução dos serviços.

5.12. Durante toda a vigência do contrato, a Contratada deverá solucionar reclamações e responder aos pedidos de esclarecimento ou informações no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento.

5.13. Os serviços de manutenção ou assistência técnica aos equipamentos de recepção, bem como suas substituições quando necessárias, deverão ser prestados pela Contratada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a partir da notificação, sem qualquer custo adicional ao Contratante.

5.14. Havendo necessidade de substituição do equipamento por motivo de defeito técnico ou vício de qualidade, deverá ser fornecido, sem custos, outro equipamento em perfeitas condições de uso, de modo a garantir a continuidade dos serviços.

5.15. A Contratada deverá substituir, sem ônus para o Contratante, os equipamentos instalados sempre que houver incompatibilidade técnica decorrente da modernização de sua rede que impeça a adequada prestação do serviço.

**Condições Gerais**

5.16. O funcionamento do sinal de TV por assinatura deverá estar disponível 24 horas por dia, 365 dias por ano.

**Local e horário da prestação dos serviços**

5.17. Os serviços serão prestados no (s) seguinte (s) endereço (s):

Item	Endereço Completo	Tipo de Imóvel
1	Esplanada dos Ministérios, Bloco C, Zona-Cívico Administrativa. Brasília -DF. CEP: 70046-900	Escritório
2	Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Zona-Cívico Administrativa. Brasília - DF. CEP: 70053-900	Escritório
3	Esplanada dos Ministérios, Bloco K, Zona-Cívico Administrativo. Brasília - DF. CEP: 70040-900	Escritório
4	Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Zona-Cívico Administrativa. Brasília - DF. CEP: 70048-900	Escritório
5	Esplanada dos Ministérios, Anexo P, Zona-Cívico Administrativa. Brasília - DF. CEP: 70048-900	Escritório
6	Esplanada dos Ministérios, Anexo F, Zona-Cívico Administrativa. Brasília - DF. CEP: 70059-900	Escritório
7	Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Zona-Cívico Administrativa. Brasília - DF. CEP: 70059-900	Escritório
8	Edifício Órgãos Regionais, SAUS Quadra 3, Bloco O, Lote 9 e 10. Asa Sul. Brasília - DF. CEP:70079-900	Escritório
9	Edifício Órgãos Centrais, SAUS Quadra 6, Bloco O, Asa Sul. Brasília - DF. CEP:70070-917	Escritório
10	Edifício da SEPN 516, bloco D, lote 8, Asa Norte. Brasília - DF. CEP: 70770-520	Escritório

11	Arquivo Nacional - Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 06, lote 800, Brasília/DF, CEP 70610-460	Escritório
12	CNC - ST SAUN Quadra 5 Lote C, Brasília - DF, CEP 70830-030	Escritório
13	Edifício Multi Brasil - SCN Q. 4 Bloco A Torre D do Edifício Multi Brasil Corporate - Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70714-903	Escritório
14	Edifício Parque Cidade Corporate - C - Setor Comercial Sul Quadra 9 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70308-200	Escritório

5.17.1. Poderão ser incluídos novos endereços no Distrito Federal para atender à dinâmica de prestação dos serviços de TV por assinatura destinados aos imóveis sob gestão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), bem como dos diversos órgãos que integram ou venham a integrar o ColaboraGov.

5.18. O horário da execução do objeto será estabelecido pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos serviços de TV por assinatura durante o expediente do Contratante.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.19. A execução contratual observará as rotinas:

5.19.1. Instalação de cabeamento nos edifícios e em todas as salas que já possuam pontos de TV previamente definidos;

5.19.2. Disponibilização dos controles remotos para os equipamentos, bem como das pilhas ou baterias necessárias ao seu adequado funcionamento no momento da entrega;

5.19.3. Responsabilizar-se por futuras instalações de pontos que venham a ser realizadas;

5.19.4. Realização dos serviços técnicos exclusivamente por profissionais especializados, devidamente identificados.

#### **Da instalação e disponibilização dos serviços**

5.20. O serviço deverá seguir as etapas:

a) Lançamento da infraestrutura e instalação dos equipamentos;

b) Configuração dos equipamentos instalados;

c) Instalação dos pontos de acesso à TV por assinatura;

d) Testes de funcionamento;

e) Monitoramento contínuo dos pontos instalados; e

f) Geração de relatórios mensais de funcionamento dos serviços contratados.

5.20.1. Os serviços de instalação deverão obedecer, integralmente, as normas técnicas vigentes de segurança e medicina do trabalho, segundo a legislação trabalhista, para execução de serviços desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequadas.

5.20.2. Entende-se por instalações todos os materiais necessários ao funcionamento dos equipamentos, como todo o cabeamento e conexões, sejam referentes à transmissão do sinal de TV ou de alimentação elétrica dos equipamentos fornecidos em regime de comodato.

5.21. Independência de Conectividade: Independentemente da tecnologia de transmissão adotada, caso a solução demande conexão de dados ou acesso à internet para funcionamento, a Contratada deverá fornecer, sob suas exclusivas expensas e responsabilidade, link dedicado e infraestrutura independente. Fica expressamente vedada a utilização da rede lógica (internet, intranet, cabeamento ou Wi-Fi) da Contratante para a operação dos serviços.

5.22. Contratada será responsável pelo fornecimento, instalação, configuração e manutenção de todos os materiais, equipamentos e acessórios necessários à perfeita prestação dos serviços objeto deste contrato, incluindo, mas não se limitando a: antenas, cabeamentos, terminais de conexão, receptores, modems e demais componentes correlatos.

5.23. Os empregados, prepostos e técnicos da Contratada deverão apresentar-se uniformizados e devidamente identificados, observando as normas de segurança, controles de acesso e demais procedimentos exigidos pela Administração.

## **Materiais a serem disponibilizados**

5.24. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

## **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.25. Os serviços e os materiais necessários à execução do objeto deste Termo serão fornecidos integralmente pela Contratada.

5.25.1. Para fins de previsibilidade e dimensionamento da logística inicial de instalação, estima-se que a demanda imediata, a ser solicitada mediante a primeira Ordem de Serviço após a assinatura do contrato, corresponderá a 80 (oitenta) pontos de acesso à TV, devendo a Contratada estar apta a realizar tais instalações dentro do prazo estipulado no cronograma inicial (item 5.1.1.2).

5.26. A prestação dos serviços deverá abranger todas as etapas necessárias, incluindo instalação e remoção de pontos, fornecimento de materiais e a realização de manutenções eventualmente requeridas durante toda a vigência contratual.

5.27. Todos os canais disponibilizados deverão estar devidamente discriminados na proposta apresentada pela Contratada.

5.28. O valor proposto deverá abranger todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, compondo o preço final, incluindo:

5.28.1. Custos com transporte de técnicos, veículos, combustível e frete para entrega e retirada de equipamentos em todos os endereços de instalação;

5.28.2. Fornecimento de todo o cabeamento, antenas e acessórios necessários para garantir a chegada do sinal até o ponto de uso, independentemente da distância interna no edifício;

5.28.3. Custos com links de dados e modems dedicados, caso a tecnologia ofertada demande conexão à internet (vedado uso da rede do órgão);

5.28.4. Todas as taxas de licenciamento, direitos autorais e tributos específicos do setor de telecomunicações e audiovisual (ex: taxas da Ancine /Condecine e Fistel);

5.28.5. Fornecimento e manutenção dos decodificadores e controles remotos.

## **Especificação da garantia do serviço**

5.29. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.30. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

# **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado **não necessitará** manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução contratual.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo I**.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados;

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Os resultados dos indicadores do IMR serão apurados conforme especificado no Indicador I do Anexo I deste TR, aplicados sobre os valores dos pagamentos mensais devidos à Contratada, considerada a seguinte perspectiva:

7.4.1.1. Indicador I, destinado a medir a qualidade no gerenciamento dos serviços e logística (qualidade do sinal e o cumprimento dos requisitos relativos às manutenções preventivas e corretivas, tempo de resposta e qualidade na solução de ocorrências, instalação ou desligamento de ponto).

### Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **5 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que será mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório;

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório;

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **5 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade éticoprofissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, produzindo pelo IBGE, de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais datadas de **26/02/2026**.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será (ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cessão de Crédito**

7.44. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.44.1. a eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

7.44.2. sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

7.44.3. o crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração;

7.44.4. a cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bemcomo nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. **Multa:**

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações:

8.2.4.7.1. Ressalvam-se, entretanto, as infrações também enquadráveis como inexecução parcial, listadas na Tabela 2, as quais se sujeitam a percentuais próprios, definidos conforme grau de gravidade, nos termos da Tabela 1:

TABELA 1	
Grau	Percentual de Multa Compensatória
Grau 1	0,2% do valor mensal da contratação
Grau 2	0,5% do valor mensal da contratação
Grau 3	1,0% do valor mensal da contratação
Grau 4	2,5% do valor mensal da contratação
Grau 5	5,0% do valor mensal da contratação

TABELA 2			
Item		Grau	Aplicação
1	Permitir situação que gere risco à segurança da rede lógica do órgão (ex: conectar indevidamente na rede corporativa), sem caracterizar infração mais grave.	5	por ocorrência
2	Suspender, reduzir ou interromper o sinal de TV dos pontos contratados por período superior a 24h, sem motivo justificado.	4	por dia/ponto
3	Manter equipamento (decodificador/controle) com defeito por mais de 48h após abertura de chamado técnico.	3	por ocorrência
4	Deixar de executar serviço de instalação ou mudança de ponto formalmente determinado pela fiscalização no prazo de 5 dias.	2	por dia de atraso
5	Retirar equipamentos ou interromper o serviço em unidade administrativa durante o expediente, sem autorização prévia.	3	por ocorrência
6	Permitir a atuação de técnico sem identificação (crachá/uniforme da empresa) nas dependências do órgão.	1	por ocorrência
7	Deixar de apresentar relatórios gerenciais, técnicos ou de faturamento nos prazos estipulados.	1	por ocorrência
8	Descumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização relacionada à execução técnica do contrato.	2	por ocorrência
9	Deixar de substituir equipamento que não atenda às exigências técnicas (ex: entregar equipamento não-HD ou incompatível).	3	por ocorrência
10	Descumprir obrigações do TR, Edital ou Anexos não previstas especificamente nesta tabela, após reincidência formalmente registrada.	2	por ocorrência
11	Deixar de indicar ou manter canal de atendimento/suporte técnico acessível e funcional.	3	por ocorrência
	Deixar de fornecer pilhas, cabos ou acessórios essenciais ao funcionamento do serviço.		

12		1	por ocorrência
13	Executar serviços de instalação de forma precária, com acabamento inadequado ou fora das normas técnicas (cabos expostos, furos indevidos).	2	por ocorrência
14	Deixar de realizar o bloqueio de segurança para compras de conteúdo (Pay-Per-View/On Demand) nos equipamentos.	3	por equipamento
15	Executar serviços sob demanda de forma parcial, inadequada ou fora dos padrões de grade de canais estabelecidos.	3	por ocorrência
16	Descumprir rotinas, métodos ou periodicidade de manutenção preventiva definidos no contrato.	2	por ocorrência
17	Descumprir reiteradamente indicadores ou níveis mínimos de desempenho previstos no IMR (reincidência após aplicação de glosa).	4	por ocorrência
18	Outras falhas operacionais relevantes, devidamente motivadas e registradas, compatíveis com o conceito de inexecução parcial.	2	por ocorrência
19	Inoperância total da solução em uma ou mais unidades, prejudicando eventos ou atividades críticas do órgão.	5	por ocorrência

8.2.4.7.1.1. As infrações previstas neste item serão apuradas e quantificadas conforme metodologia estabelecida no IMR, podendo ter penalidade graduada em função da frequência, gravidade e impacto da ocorrência, observado o limite da faixa prevista.

8.3. A diferenciação dos percentuais de multa fundamenta-se em critérios técnicos e objetivos definidos pela Administração, considerando, especialmente, o vulto econômico, a complexidade operacional e o impacto potencial da inexecução contratual para as atividades de monitoramento de notícias e comunicação social.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF;

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1. valor global do Lote 1: conforme valor estimado da contratação;

9.3.2. custos unitários relevantes do Lote 1, correspondentes aos itens 1 e 2 da planilha constante do item 1.1 deste instrumento.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.23. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do **Anexo II** deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:

9.23.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.23.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.

9.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

## Qualificação Técnica

9.25. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.26. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.27. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

## Qualificação Técnico-Operacional

9.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.29.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.29.2. Comprovação que já executou contrato (s) com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do número de pontos de TV a serem contratados;

9.29.2.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 691.808,40** (seiscentos e noventa e um mil, oitocentos e oito reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item **1.1** acima.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 170607/2000;

II) Fonte de recursos: 1000;

III) Programa de trabalho: 04.122.0032.2000.0001;

IV) Elemento de despesa: 339039-01; e

V) Plano interno: 225077.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Brasília, na data da assinatura.

### APÊNDICE

APENDICE I – Estudos Técnicos Preliminares - ETP.

### ANEXOS

ANEXO I – Índice de Medição de Resultados – IMR;

ANEXO II – Declaração de Compromissos Assumidos;

ANEXO III – Modelo de Declaração de Vistoria; e

ANEXO IV – Modelo de Dispensa de Vistoria.

## 13. ANEXO I

Não se aplica.

## 14. ANEXO II

Não se aplica.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de](#)

**GILVAN SACERDOTE NETO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 17:29:40.*

**HENIO DA SILVA CANDIDO**

Integrante Técnico



*Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 17:13:03.*

**REGIS FERREIRA DE SOUSA**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 13:26:28.*

**GUILHERME SOUTO DA CUNHA LEITE ARAUJO**

Integrante Administrativo



*Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 10:38:15.*

**PLINIO ANTUNES DA SILVA**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 10:51:06.*